

EXCELSIOR ALIMENTOS S.A.

CNPJ/MF nº 95.426.862/0001-97 - NIRE 43.300.006.417 - Companhia Aberta

Extração da Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 18 de Maio de 2018

Data, Hora e Local: 18 de maio de 2018, às 10:00 horas, na sede da Excelsior Alimentos S.A. no município de Santa Cruz do Sul, estado do Rio Grande do Sul, na Rua Barão do Arroio Grande, 192, Bairro Arroio Grande, CEP 96830-504 ("Companhia"). **Convocação:** O Edital de Segunda Convocação foi publicado nas edições dos dias 30 de abril, 02 e 03 de maio de 2018 do Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul e nas edições dos dias 30 de abril, 01, 02 e 03 de maio de 2018 do jornal "A Gazeta do Sul", conforme o disposto no artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei nº 6.404/76"). **Presença:** Acionista representando mais de 46% (quarenta e seis por cento) do capital social da Companhia, conforme verificado no Livro de Presença de Acionistas em Assembleia Geral. **Composição da Mesa:** Renato Jackisch, Presidente da Mesa, e Milena Hitomi Yanagisawa, Secretária da Mesa. **Leitura de Documentos:** Foi dispensada a leitura dos documentos relacionados à ordem do dia desta Assembleia Geral Extraordinária, uma vez que referidos documentos são do inteiro conhecimento dos acionistas da Companhia e, além disso: (i) foram postos à disposição dos senhores acionistas na sede da Companhia; (ii) foram colocados à disposição dos senhores acionistas também por meio do Departamento de Relações com Investidores da Companhia, no endereço eletrônico <http://www.excelsior.ind.br/ri>; (iii) foram encaminhados à B3 S.A. - Bolsa, Brasil, Balcão, em atendimento ao disposto no artigo 124, §6º, da Lei nº 6.404/76; e (iv) foram colocados à disposição dos senhores acionistas no *website* da Comissão de Valores Mobiliários - CVM. **Ordem do Dia:** 1. Alterar o Estatuto Social da Companhia; 2. Consolidar o Estatuto Social; **Deliberações:** Após a leitura da ordem do dia, foi deliberado pela acionista presente que a ata desta Assembleia fosse lavrada sob a forma de sumário, nos termos do artigo 130, §1º da Lei nº 6.404/76, sendo facultado o direito de apresentação de manifestações de votos e protestos que, caso recebidos pela mesa, ficarão arquivados na sede da Companhia. 1. Foi aprovada, pela acionista presente, a alteração dos Artigos 1, 2, 3, 4, 5, 7, 12, 13, 14, 15, 17, 18, artigo Artigo 21 e atual Artigo 20, artigo Artigo 22 atual Artigo 21, artigo Artigo 24 e atual Artigo 23, artigo Artigo 25 e atual Artigo 24, artigo Artigo 26 e atual Artigo 25, artigo Artigo 27 e atual Artigo 26, artigo Artigo 28 e atual Artigo 27, artigo Artigo 29 e atual Artigo 28, artigo Artigo 30 e atual Artigo 29, e exclusão do Artigo 20 do Estatuto Social da Companhia; e 2. Foi aprovada, pela acionista presente, a consolidação do Estatuto Social da Companhia, que faz parte integrante da presente Ata, como **Anexo I. Encerramento, Lavratura e Leitura da Ata:** Nada mais havendo a tratar, foi suspensa a reunião pelo tempo necessário à lavratura desta ata, a qual, depois de lida e achada conforme, foi assinada pelos presentes. A presente ata foi lavrada na forma de sumário dos fatos ocorridos, nos termos do artigo 130, §1º da Lei nº 6.404/76. Acionista presente: **P. Seara Alimentos Ltda.** - Daniel Pereira De Almeida Araujo. "Certificamos que a presente cópia é fiel à original apresentada". Santa Cruz do Sul, 18 de maio de 2018. Mesa: **Renato Jackisch** - Presidente da Mesa; **Milena Hitomi Yanagisawa** - Secretária da Mesa. **Anexo I - Estatuto Social - Excelsior Alimentos S.A.** - CNPJ/MF nº 95.426.862/0001-97 - NIRE 43.300.006.417. **Capítulo I - Denominação, Sede, Fins e Duração:** **Artigo 1** - Fica regida pelos presentes estatutos a sociedade por ações denominada: **Excelsior Alimentos S.A.** ("Companhia").

Artigo 2 - A sociedade tem sede e foro no município de Santa Cruz do Sul, estado do Rio Grande do Sul, podendo por deliberação do Conselho de Administração, abrir filiais, sucursais, agências e depósitos no Brasil e no exterior. **Artigo 3** - A sociedade terá por objeto: 1 - Frigorífico-abate de suínos, industrialização e comercialização de: a) Carnes e derivados; b) Laticínios; c) Margarinas e gorduras vegetais; d) Produtos alimentícios em geral. 2 - Criação e terminação de suínos para abate. 3 - Importação e exportação de produtos alimentícios inclusive insumos e subprodutos. 4 - Atividades imobiliárias, tais como, compra e venda de imóveis, loteamentos e incorporações. 5 - Fabricação de produtos de carne. 6 - Preparação de subprodutos do abate. 7 - Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional. **Artigo 4** - O prazo de duração da Companhia é indeterminado. **Capítulo II - Capital, Ações, Acionistas - Artigo 5** - O capital social é de R\$ 14.000.000,00 (quatorze milhões de reais), totalmente integralizado e dividido em 5.222.222 (cinco milhões, duzentas e vinte e duas mil, duzentas e vinte e duas) ações sendo 2.846.929 (dois milhões, oitocentas e quarenta e seis mil, novecentas e vinte e nove) ações ordinárias e 2.375.293 (dois milhões, trezentas e setenta e cinco mil, duzentas e noventa e três) ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal. **Parágrafo único** - A Companhia fica autorizada a aumentar o seu capital social, independente de reforma estatutária, em até mais 600.000 (seiscentas mil) ações nominativas, escriturais e sem valor nominal ou pela capitalização de reservas no limite do valor capital social. Dentro do limite autorizado neste artigo, poderá a Companhia, mediante deliberação do Conselho de Administração, aumentar o capital social independentemente de reforma estatutária, observado o disposto no §2º do art. 166 da Lei das Sociedades por Ações. O Conselho de Administração fixará o número, preço, e prazo de integralização e as demais condições da emissão de ações. **Artigo 6** - As ações ordinárias e preferenciais serão exclusivamente nominativas. **Artigo 7** - Cada ação ordinária dará direito a um voto nas deliberações das assembleias gerais. As ações preferenciais serão sem voto e com prioridade no reembolso do capital sem prêmio, bem como terão o direito ao recebimento de dividendo, por ação preferencial, de 10% (dez por cento) maior do que o atribuído a cada ação ordinária. **Parágrafo único** - A Companhia poderá realizar aumentos de capital, total ou parcialmente com ações preferenciais, sem guardar a proporção existente entre estas e as ações ordinárias respeitando, porém, o limite máximo de 2/3 (dois terços) do capital social. **Artigo 8** - Anualmente, como dividendo obrigatório, será partilhada entre os acionistas titulares de ações ordinárias e preferenciais, a quantia correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido apurado nos termos dos artigos 189, 190, 191 e ajustado nos termos dos incisos I, II e III do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. **Capítulo III - Assembleias - Artigo 9** - As assembleias ordinárias e extraordinárias serão convocadas e realizadas na forma da lei. **Artigo 10** - As deliberações da assembleia geral, ressalvadas as exceções previstas na lei são tomadas por maioria absoluta de votos dos acionistas presentes a reunião, não se computando os votos em branco. **Artigo 11** - A assembleia ordinária realizar-se-á anualmente, dentro dos quatro meses seguintes ao término do exercício social, em dia e hora previamente anunciados no edital de convocação, para os fins determinados pela lei e pelo presente estatuto. **Capítulo IV - Administração da Companhia - Artigo 12** - A administração da companhia competirá ao Conselho de Administração e a Diretoria. A representação da Companhia é privativa da Diretoria. **Parágrafo primeiro** - A composição do Conselho de Administração e o exercício de suas funções e poderes estão regulados entre os artigos 13 e 17 deste Estatuto Social. **Parágrafo segundo** - A composição da Diretoria e o exercício de suas funções e poderes estão regulados entre os artigos 18 e 23 deste Estatuto Social. **Parágrafo terceiro** - Os conselheiros e Diretores serão investidos nos seus cargos mediante assinatura de termo de posse no Livro de Atas, respectivamente, do Conselho de Administração ou da Diretoria, dentro de 30 (trinta) dias seguintes à nomeação. O prazo de gestão dos Conselheiros e Diretores se estende até a investidura dos novos administradores. **Capítulo V - Conselho de Administração - Artigo 13** - O Conselho de Administração compor-se-á de 3 (três) membros no mínimo e 6 (seis) no máximo, todos eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 2 (dois) anos, considerando-se cada ano como o período compreendido entre 2 (duas) Assembleias Gerais Ordinárias, sendo permitida a reeleição. Os Diretores poderão ser eleitos para membros do Conselho de Administração até o máximo de 1/3 (um terço) dos membros eleitos para este Conselho. **Parágrafo primeiro** - Na hipótese de vacância do cargo de conselheiro, o substituto será nomeado nos termos e pelo prazo definidos no artigo 150 da Lei nº 6.404/76. **Parágrafo segundo** - A remuneração dos membros do Conselho de Administração será estabelecida pela Assembleia Geral que os eleger. As despesas relacionadas com as sessões do Conselho de Administração correrão por conta da Companhia. **Artigo 14** - Compete ao Conselho de Administração: (i) Fixar orientação geral dos negócios da Companhia; (ii) Eleger e destituir os Diretores da Companhia e fixar-lhes as atribuições, observando o que a respeito dispõem este Estatuto Social; (iii) Fiscalizar a gestão dos diretores, examinar a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via celebração, e quaisquer outros atos; (iv) Convocar a assembleia geral quando julgar conveniente, ou no caso do artigo 132 da Lei nº 6.404/76; (v) Manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas da Diretoria; (vi) Nos casos definidos expressamente neste Estatuto Social, manifestar-se previamente sobre os atos ou contratos que a Diretoria realizará em representação da companhia; (vii) Autorizar a alienação de bens imóveis e a prestação de garantias e obrigações contraídas por terceiros; (viii) Escolher e destituir os auditores independentes, bem como convocá-los para prestar os esclarecimentos que entender necessários sobre qualquer matéria; e (ix) Fixar a remuneração, os benefícios indiretos e os demais incentivos dos Diretores, dentro do limite global da remuneração da administração aprovado pela Assembleia Geral. **Parágrafo único** - A diretoria dará ao Conselho de Administração todas as informações requeridas relativas aos assuntos da Companhia. **Artigo 15** - O Conselho de Administração terá 1 (um) Presidente e 1 (um) Vice-Presidente, que serão eleitos pela maioria de votos dos presentes, na primeira reunião do Conselho de Administração que ocorrer imediatamente após a posse de tais membros, ou sempre que ocorrer renúncia ou vacância naqueles cargos. **Parágrafo primeiro** - O Presidente do Conselho de Administração convocará e presidirá as reuniões do órgão e as Assembleias

Gerais, ressalvadas, no caso das Assembleias Gerais, as hipóteses em que indique por escrito outro conselheiro, diretor ou acionista para presidir os trabalhos. **Parágrafo segundo** - O Conselho de Administração reunir-se-á, (i) ao menos uma vez por trimestre; e (ii) em reuniões especiais, a qualquer tempo. As reuniões do Conselho serão realizadas mediante convocação do Presidente do Conselho de Administração ou de qualquer outro membro, por escrito, com pelo menos 7 (sete) dias de antecedência, e com indicação da data, hora, lugar, ordem do dia detalhada e documentos a serem considerados naquela Reunião, se houver. Qualquer Conselheiro poderá, através de solicitação escrita ao Presidente, incluir itens na ordem do dia. O Conselho de Administração poderá deliberar, por unanimidade, acerca de qualquer outra matéria não incluída na ordem do dia da reunião. As reuniões do Conselho poderão ser realizadas por conferência telefônica, vídeo conferência ou por qualquer outro meio de comunicação que permita a identificação do membro e a comunicação simultânea com todas as demais pessoas presentes à reunião. **Parágrafo terceiro** - As convocações para as reuniões serão feitas mediante comunicado escrito entregue a cada membro do Conselho de Administração com, pelo menos, 7 (sete) dias de antecedência, a menos que a maioria dos seus membros em exercício fixe prazo menor, porém não inferior a 48 (quarenta e oito) horas. **Parágrafo quarto** - O Conselho de Administração estará instalado e com poderes para deliberar somente no caso de estar presente a maioria dos seus membros. **Artigo 16** - As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas por maioria absoluta dos presentes, não se computando os votos em branco. **Artigo 17** - Das sessões do Conselho de Administração será lavrada uma ata no livro das atas deste Conselho. Depois de aprovada a referida ata, ela será assinada pelos membros presentes. **Parágrafo único** - Serão arquivados no registro do comércio e publicados nos termos do artigo 289 da Lei nº 6.404/76, as atas das reuniões do Conselho de Administração que contiverem deliberações destinadas a produzir efeitos perante terceiros. **Capítulo VI - Diretoria. Artigo 18** - A Diretoria, cujos membros serão eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração, será composta de, no mínimo, 2 (dois) e, no máximo, 4 (quatro) membros, os quais serão designados Diretor Presidente, Diretor Administrativo e Financeiro, Diretor de Relações com Investidores e Diretor sem designação específica. Os diretores terão prazo de mandato unificado de 2 (dois) anos. **Parágrafo primeiro** - Os diretores deverão ser pessoas naturais, poderão ser acionistas ou não; terão residência e domicílio no Brasil. **Parágrafo segundo** - Os membros do Conselho de Administração, até o máximo de 1/3 (um terço) poderão ser eleitos para cargos de diretores. **Parágrafo terceiro** - Mesmo quando vencidos os respectivos mandatos, os Diretores continuarão no exercício de seus cargos, até a posse dos eleitos em substituição. **Artigo 19** - Ocorrendo vacância de cargo na Diretoria, este será preenchido mediante eleição do Diretor Substituto pelo Conselho de Administração, dentro dos 30 (trinta) dias que se seguirem a vacância, terminando o mandato do novo Diretor então eleito, simultaneamente com os dos demais membros. **Artigo 20** - Respeitadas as disposições estatutárias, cabe a Diretoria os seguintes encargos: a) Zelar pela observância da Lei, Estatutos Sociais e pelo cumprimento das deliberações tomadas nas assembleias gerais, nas reuniões do Conselho de Administração e nas próprias reuniões; b) Gerir, administrar e superintender os negócios sociais, podendo, inclusive, comprar vender ou permutar, ou qualquer outra forma, adquirir ou alienar bens móveis, estabelecendo e aceitando preços, cláusulas e condições; c) Expedir regimentos internos, regulamentos e outras providências da mesma natureza; e d) Representar a Companhia em Juízo ou fora dele. **Artigo 21** - Será necessária a prévia aprovação do Conselho de Administração para a Diretoria praticar os seguintes atos: a) Alienar bens imóveis; b) Dar em hipoteca ou por qualquer forma onerar bens imóveis da Companhia; e c) Conceder empréstimos, ressalsados os créditos comerciais concedidos a seus corresponsáveis. **Artigo 22** - Salvo o disposto nos parágrafos abaixo do presente artigo, a Companhia será representada por dois Diretores em conjunto ou por um Diretor em conjunto com um procurador ou por dois procuradores em conjunto. **Parágrafo primeiro** - Nos limites de suas atribuições e poderes, a Diretoria (agindo dois Diretores em conjunto) poderá nomear procuradores mediante mandato com poderes específicos e prazo determinado, exceto nos casos de procurações ad iudicia, caso em que o mandato pode ser por prazo indeterminado, por meio de instrumento público ou particular. **Parágrafo segundo** - Não obstante o disposto neste Artigo 22, um Diretor agindo isoladamente poderá nomear procuradores com limite de alçada de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), bem como para assuntos rotineiros da Companhia. **Parágrafo terceiro** - Um Diretor agindo isoladamente poderá representar a Companhia nos seguintes atos: a) Endosso de cheque para depósito em conta bancária da Companhia; b) Emissão de duplicatas; c) Endosso de duplicatas para cobrança ou garantia de financiamentos concedidos a esta Companhia ou para desconto das mesmas; d) Propostas a bancos para obtenção de financiamento e/ou cobrança de duplicatas e/ou prestação de caução e/ou penhor; e e) Correspondência. **Artigo 23** - A Diretoria reunir-se-á com a presença no mínimo de dois Diretores, sempre que o bom desempenho de seus cargos e os interesses sociais o requererem. As suas deliberações serão tomadas por maioria absoluta de votos dos Diretores presentes a reunião e das sessões serão lavradas atas no livro próprio. **Capítulo VII - Balanços, Reservas, Dividendos - Artigo 24** - Em 31 de dezembro de cada ano encerrar-se-á o exercício social, quando serão elaboradas as demonstrações financeiras previstas em lei. **Parágrafo primeiro** - O resultado do exercício será deduzidas pela ordem sucessivamente: a) Importância necessária a formação de provisões para o imposto de renda. b) Parcela de até 10% (dez por cento), para pagamento de uma participação nos lucros aos administradores, observados os limites estabelecidos no artigo 152 da Lei nº 6.404/76. **Parágrafo segundo** - O lucro líquido do exercício formado pelo resultado do exercício que remanescer, depois de deduzidas as importâncias de que trata o parágrafo anterior, terá a seguinte destinação: a) 5% (cinco por cento) para a constituição de reserva legal, observando o disposto no artigo 193, da Lei nº 6.404/76; b) Quantia necessária para o pagamento do dividendo anual obrigatório às ações ordinárias e preferenciais, nos termos do artigo 8 deste Estatuto Social; c) O saldo que eventualmente remanescer, será levado a crédito da conta Reserva Estatutária de Lucros, com a finalidade de reforçar o capital de giro da empresa e de subsidiar novos investimentos. O limite dessa reserva, em conjunto com as demais reservas de lucros, exceto as para contingências e de lucros a realizar, será regulado nos termos do artigo 199 da Lei 6.404/76. **Parágrafo terceiro** - Prescreve em 3 (três) anos a ação para haver dividendos, contando o prazo da data em que tenham sido postos a disposição dos acionistas. **Artigo 25** - Mediante prévia autorização do Conselho de Administração, a Diretoria poderá declarar dividendos intermediários observando o disposto no artigo 204 e seus parágrafos da Lei nº 6.404/76. **Capítulo VIII - Conselho Fiscal - Artigo 26** - A Companhia terá um Conselho Fiscal não permanente e sua instalação dependerá de pedido de acionistas que representem no mínimo, um décimo das ações com direito a voto ou que representem 5% (cinco por cento) das ações sem voto. O pedido de instalação do Conselho Fiscal poderá ser formulado em qualquer assembleia geral, ainda que a matéria não conste no anúncio de convocação. Essa mesma assembleia procederá: a) A eleição dos membros do Conselho Fiscal e seus respectivos suplentes e a fixação da remuneração dos conselheiros fiscais que exercerem suas funções; b) A instalação do Conselho Fiscal, cujo funcionamento terminará na primeira assembleia geral ordinária que se realizar após sua instalação. **Parágrafo primeiro** - O Conselho Fiscal será composto de no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros e suplentes em igual número, acionistas ou não, e a função de seus membros é indelegável. **Parágrafo segundo** - Na constituição do Conselho Fiscal serão observadas as normas previstas no parágrafo 4 do artigo 161 da Lei das Sociedades por Ações e na escolha de seus membros deverão ser obedecidos os requisitos e impedimentos previstos no artigo 162 da mesma Lei. **Parágrafo terceiro** - Somente receberá remuneração o Conselheiro Fiscal que efetivamente exercer suas funções e sua remuneração será proporcional ao tempo de funcionamento. A remuneração de cada conselheiro fiscal será fixa, mensal e não inferior a um décimo da remuneração que, em média, for atribuída a cada Diretor excluída a participação nos lucros. **Artigo 27** - As atribuições e poderes do Conselho Fiscal são os definidos no artigo 163 da Lei das Sociedades por Ações e não podem ser outorgados a outro órgão da Companhia. **Parágrafo primeiro** - Durante o período de funcionamento do Conselho Fiscal, ao menos um de seus membros deverá comparecer às reuniões da Assembleia Geral e responder aos pedidos de informações formulados pelos acionistas. **Parágrafo segundo** - Os pareceres do Conselho Fiscal poderão ser apresentados e lidos na assembleia geral independente de publicação e ainda que a matéria não conste na ordem do dia. **Capítulo IX - Dissolução, Liquidação, Extinção - Artigo 28** - A dissolução, liquidação e extinção da Companhia se processará nos termos dos artigos 206 até 219 da Lei nº 6.404/76. A liquidação será efetuada por um liquidante, designado pelo Conselho de Administração. **Capítulo X - Disposições Gerais - Artigo 29** - A Assembleia Geral Extraordinária poderá transformar o tipo jurídico da Companhia ou outro qualquer. **Milena Hitomi Yanagisawa** - Secretária da Mesa. Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul. Certifico registro sob o nº 7873747 em 13/09/2021 da Empresa EXCELSIOR ALIMENTOS S.A., CNPJ 95426862000197 e protocolo 213049791 - 03/09/2021. Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves - Secretário-Geral.